

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

RACISMO ESTRUTURAL E POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL: um diálogo acerca da condição da mulher negra na sociedade brasileira

Gleide Abgail Lemos Fraga¹
Milena Kelly Silva Lima²

RESUMO

O racismo estrutural e o sexismo determinam as condições de vida e trabalho das mulheres negras brasileiras, bem como a desigualdade de classe apresenta-se como um fator que retroalimenta a desigualdade racial e gênero, nesse sentido o presente artigo tem como objetivo apresentar um diálogo acerca da condição da mulher negra na sociedade brasileira analisando como as questões de raça, gênero e classe determinam suas experiências frente a política de saúde mental. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa.

Palavras-chave: mulher negra; racismo estrutural; saúde mental.

ABSTRACT

Structural racism and sexism determine the living and working conditions of black Brazilian women, as well as class inequality presents itself as a factor that feeds back racial and gender inequality. In this sense, this article aims to present a dialogue about the condition of black women in Brazilian society, analyzing how issues of race, gender and class determine their experiences facing the mental health policy. This is a bibliographical research with a qualitative approach.

Keywords: black women; structural racism; mental health.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma síntese bibliográfica, como resultado de um breve levantamento teórico à cerca da condição da mulher negra frente ao racismo estrutural como uma estrutura engendrada na sociedade brasileira, que comporta e estimula a desigualdade de acesso no âmbito da saúde mental. Tal investigação levantada pelas autoras, tem como objetivo, trazer o debate político e científico sobre tais temas abordados, como fonte de uma longa e franca discussão

¹ Universidade Federal da Bahia. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PGSS/UFBA); gleidefraga@outlook.com.

² Universidade Federal da Bahia; Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PGSS/UFBA); milenalima.seso@outlook.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

do campo da Questão Social no Serviço Social, visando principalmente, o entendimento de que o racismo patriarcal não é uma questão, mas a questão que estrutura a dinâmica da formação da sociedade brasileira, que retroalimenta o sistema de desigualdade social neoliberal no capitalismo tardio.

Em 2017, o artigo *A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil*, comprova como mulheres negras sofrem mais no parto – pelo mito de que são mais fortes. Nesse sentido, de que forma o estado tem formulado políticas de saúde que impliquem na formulação, implementação e fiscalização da humanização de corpos pretos que utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS)? É preciso avaliar se as políticas públicas existentes prestam o suporte necessário para que haja acesso aos serviços de saúde com práticas antirracistas. A presunção hipotética é de que essas políticas de saúde oferecidas pelo Estado podem não ser suficientes para responder as questões demandadas por essas mulheres.

O artigo divide-se em dois momentos. No primeiro discutiremos o racismo estrutural e o sexismo como determinantes das condições de vida e trabalho das mulheres negras brasileiras. No segundo momento, analisaremos a Política de Saúde Mental a partir da análise da desigualdade de classe como fator que retroalimenta a desigualdade racial e de gênero no que tange à saúde mental das mulheres negras.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO RACISMO E SEXISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Quando pensamos na sociedade brasileira é fundamental pensarmos nas particularidades que constituem a formação sócio-histórica do país, culminando no “racismo à brasileira”. O violento processo de miscigenação, resultou na falácia de que no Brasil existe uma convivência harmoniosa entre as “três raças” (brancos, negros e indígenas), o mito da democracia racial (FREYRE, 2013) se espalhou com tamanha força que o racismo no país é encarado como algo abstrato, sem persona, a sociedade até reconhece a existência do racismo em alguma instância, porém não se reconhece como tal. A ideia de democracia racial não funciona apenas como uma descrença no racismo, alerta Almeida (2019, p. 181), “a ideologia da democracia

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



racial produz um discurso racista e legitimador da violência e da desigualdade racial diante das especificidades do capitalismo brasileiro”.

Seguindo a lógica dos fatos que fundamentam a história da formação da sociedade brasileira, podemos afirmar que a construção de uma sociedade escravagista e escravizada, colonizada por uma coroa europeia, impôs uma hierarquia racial, na qual subjuga e submete a população negra a um lugar de marginalização racial. E nesse sentido, a discussão sobre acessibilidade e políticas públicas reverberam a ponta do iceberg que revela essa hierarquia de forma perversa na socialização da população negra brasileira.

Mas falando ainda sobre a conceituação e entendimento de conceito do racismo, é possível afirmar que este, trata-se de uma opressão não meramente estética, mas que vislumbra e aplica um sistema de dominação e privilegio, pautado no poder socioeconômico e ideológico que se manifesta em todas as esferas que compõem o sistema capitalista e que estruturam a sociedade tal qual a conhecemos:

Deduz-se, portanto, sem muito esforço, que o racismo pode ser considerado — da forma como o entendemos atualmente — um dos galhos ideológicos do capitalismo. Não foi por acaso que ele nasceu na Inglaterra e na França e depois desenvolveu-se tão dinamicamente na Alemanha. O racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular. (MOURA, 1994, p. 03).

Entender os tentáculos do capitalismo numa sociedade muito recentemente redemocratizada, depois do maior período de escravidão da história da humanidade, pós abolição, ditadura e redemocratização, o Brasil ainda vive em seus resquícios mais sombrios, a hierarquia racial como proposição econômica, dando margem para que o sistema neoliberal seja retroalimentado pela desigualdade social, mas não uma desigualdade qualquer: a desigualdade racial como base estruturante para fundamentação ideológica, econômica, jurídica, religiosa e etc.; para o crescimento desenfreado do exército de reserva³; superlotação e faturamento de presídios

³ Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx em sua crítica da economia política, e refere-se à quantidade de pessoas em situação de desemprego que é colocada de maneira estrutural no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

privados com o encarceramento em massa⁴; extermínio da juventude negra⁵ como justificativa para a guerras às drogas⁶ e o proibicionismo⁷; e por fim e não menos importante, a acessibilidade à políticas públicas como garantia de direitos civis conforme indica a própria Constituição Federal, principalmente no que diz respeito ao campo das políticas de saúde mental.

Discutir o racismo na sociedade capitalista, é discutir muito mais que os comportamentos discriminatórios, por mais que a discriminação racial aconteça, ao falar de racismo é preciso analisa-lo como elemento essencial para a organização do trabalho no capitalismo, ele é um elemento que estrutura a sociedade não só nos conflitos cotidianos, mas nas questões de ordem política, econômica e jurídica. Em suma,

[...] o racismo é uma decorrência da própria da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. (ALMEIDA, 2019, p. 50)

Dito isso, considerar o racismo enquanto uma herança essencialista de um passado colonial também retira o caráter estrutural do racismo. Silvio Almeida traz a importância de discutir o racismo e a escravidão sob a óptica da economia política, porém negando que o racismo é o que “restou” da escravidão, e que a Modernidade é capaz de suprimir esse “resquício colonial”. O racismo e a escravidão não opõem a modernidade, eles a compõem intrinsecamente, bem como, compõem o capitalismo,

capitalismo, gerando, propositadamente, um excesso de demanda em relação à oferta de cargos de trabalho no mercado.

⁴ Percentual encarceramento, historicamente sem precedentes, e altamente concentrado em grupos específicos e marginalizados socialmente.

⁵ Processo histórico que comprova que numericamente, indivíduos negros entre 18 a 25 anos morrem mais frequentemente no Brasil. Segundo o Atlas da Violência (2021), em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios.

⁶ A guerra às drogas pode ser entendida como um dispositivo “extrajudicial” que implica na força física como arma de dominação no estado. Segundo SERRA; SOUZA e CIRILLO (2020) a guerra às drogas “o estado reivindica o monopólio legítimo da força física e exerce o mesmo pela via da violência, que se materializa nas execuções, no extermínio e genocídio, compartilhada com forças não-estatais”.

⁷ O proibicionismo pode ser entendido como o paradigma que rege a atuação dos Estados, enquanto entes políticos, em relação a determinadas substâncias, se materializando nos limites arbitrários estabelecidos para usos de drogas legais/positivas e ilegais/negativas (WEIGERT, 2010, p. 31).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



cumprindo papéis extremamente necessários para o capitalismo e a organização da sociedade como conhecemos hoje. Como aponta o autor “para se renovar, o capitalismo precisa muitas vezes renovar o racismo” (ALMEIDA, 2019, p. 184).

Em A origem da família, da propriedade privada e do Estado, Engels (1984) vai perceber a divisão sexual do trabalho como uma opressão sofrida pelas mulheres que coincide e se relaciona com a opressão de classe, que não se modificou com o desenvolvimento do capitalismo, pelo contrário, apenas se intensifica.

[...] a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 1974, p. 70-71).

Na sociedade de classes, o racismo é uma excelente tecnologia de controle social naturalizando a condição das trabalhadoras e trabalhadores racializados que ganham os menores salários, ocupam os trabalhos mais insalubres e precarizados, com vínculos empregatícios hiperfragilizados ou muitas vezes inexistentes. É essa mesma população que ocupa o “exército reserva de mão de obra”. Almeida (2019, p. 184) aponta como esse exército formado pelos grupos minoritários, assolados pelo desemprego, funciona como instrumento de dissuasão dos trabalhadores(as) brancos(as), já que com uma grande quantidade de trabalhadores(as) negros(as) no exército reserva, estes recuarão nas suas reivindicações por melhores salários.

Dessa forma a dissociação de raça e classe é um equívoco, visto que a classe informa raça e a raça informa classe (DAVIS, 2016). Assim como a questão de gênero é de suma importância para a compreensão da raça e classe, essas categorias não são de forma alguma excludentes, são categorias sobredeterminadas. Almeida (2019, p.186) vai destacar que para compreender as classes em seu sentido material, é preciso olhar para a realidade das minorias brasileiras, e destaca a realidade das mulheres negras:

[...] recebem os mais baixos salários, são empurradas para os “trabalhos improdutivos” – aqueles que não produzem mais-valor, mas que são essenciais. Por exemplo, as babás e empregadas domésticas, em geral

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital. –, são diariamente vítimas de assédio moral, da violência doméstica e do abandono, recebem o pior tratamento nos sistemas “universais” de saúde e suportam, proporcionalmente, a mais pesada tributação. A descrição e o enquadramento estrutural desta situação revelam o movimento real da divisão de classes e dos mecanismos institucionais do capitalismo. (ALMEIDA, 2019, p.186)

A intelectual negra brasileira Lélia Gonzalez já denunciava essa realidade décadas atrás. Gonzalez (1981) denuncia a múltipla jornada de trabalho da mulher negra, que se divide no trabalho doméstico e no trabalho fora de casa, muitas vezes como trabalho doméstico remunerado. Além da divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são direcionadas para o trabalho do cuidado, as mulheres negras são postas nas condições mais precarizadas, a divisão racial do trabalho coloca as mulheres negras na base da pirâmide recebendo os menores salários, com vínculos sociais e trabalhistas extremamente fragilizados.

Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. É tudo isto acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, passar e distribuir as tarefas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos. Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isto sem contar quando tem de acordar mais cedo (3 ou 4 da “manhã”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública para tratar de algum filho doente; ou então, quando tem de ir às “reuniões de pais” nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas “psicológicos” de seus filhos, que apresentam um comportamento “desajustado” que os tornam “dispersivos” ou incapazes de “bom rendimento escolar”. (GONZALEZ, 1981, p. 44-45)

A 4ª edição do Retrato das desigualdades de gênero e raça realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontou que entre 1999 e 2009 a menor taxa de desemprego corresponde aos homens brancos (5%), e o maior remete às mulheres negras (12%). A pesquisa aponta também que os homens brancos formavam 43% dos que possuíam carteira assinada, enquanto as mulheres negras representavam o pior índice, apenas 25% com carteira assinada.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



As mulheres estão mais concentradas nos serviços de cuidado (educação, saúde, serviços sociais e domésticos), formam 34% desse grupo. Em relação aos trabalhos domésticos, em 2009, 12,6% das mulheres brancas eram trabalhadoras domésticas enquanto as mulheres negras representavam 21,8%. Nesse sentido vale ressaltar que o estudo revela que no ano de 2009 mais de 30 mil mulheres em todo país estavam em condições análogas ao trabalho escravo, nos últimos anos tivemos um “boom” de denúncias desse tipo, em que mulheres, em sua maioria negra, viviam em condições de trabalho escravo, muitas tinham documentação e aposentadoria retida, sem ganhar remuneração pelo serviço prestado, sem direito a folga, sob o pretexto de serem “quase da família”. Em relação às trabalhadoras domésticas com carteira assinada existe também uma disparidade racial, enquanto mulheres brancas chegam no percentual de 29,3%, as negras representaram 24,6%.

Sobre esses indicadores podemos observar como a questão de gênero e raça organiza o trabalho na nossa sociedade, como as mulheres negras são empurradas para as piores condições de vida e trabalho. Gonzalez (1984) questiona que lugar é esse ocupado pela mulher negra, o que condiciona a mulher negra a esses locais de subalternidade e subserviência. Em suas palavras,

[...] se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal? (GONZALEZ, 1980, p. 233)

Desse modo, o racismo convive perfeitamente com o capitalismo e com a Modernidade, pois eles se alimentam mutuamente. O capitalismo precisa do racismo para determinar as condições de vida e trabalho, a divisão do processo produtivo, e das subcategorias entre a classe trabalhadora, já o racismo funciona como forma de controle, sendo capaz de fragmentar a classe trabalhadora. Da mesma forma a questão de gênero possui um papel fundamental na organização do trabalho e na sua manutenção/reprodução. Silvio Almeida (2019) vai explicar que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A forma com que o trabalhador será tratado, o que é justo ou não, e até onde pode ir nas suas reivindicações, vai depender única e exclusivamente das determinações da produção capitalista e da replicação da forma-valor. Assim é que o racismo se conecta à subsunção real do trabalho ao capital, uma vez que a identidade será definida segundo os padrões de funcionamento da produção capitalista (ALMEIDA, 2019, p. 182)

Outrossim, a mulher negra na sociedade brasileira ainda experencia as piores condições de vida e trabalho, o racismo e o sexismo determinam o lugar que essa mulher vai ocupar. Fica em evidência que a luta contra a opressão de classe não pode ser descolada da luta antirracista e luta antissexista, e para compreender a economia e o modo de produção capitalista, é imprescindível a compreensão dos marcadores que atravessam a classe trabalhadora.

Mas sobretudo a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusamos à luta pelo nosso povo. Mas sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder.” (GONZALES, 1981, p. 51)

Assim, numa sociedade de classes que de forma heterogênea, compõe uma hierarquia mesmo na classe trabalhadora, a mulher negra tem desempenhado de maneira árdua, um papel revolucionário de ações que burlam a lógica sistemática neoliberal e alcança diferentes espaços, mesmo que ainda de forma embrionária e que, gradualmente, ainda há diversos caminhos a serem superados. Por isso, é fundamental que falemos aberta e francamente sobre acesso.

3 A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL

Para Passos (2020, p. 118), “o cuidado é uma necessidade ontológica do ser social.” Entender o cuidado como uma “pilastra” que fortalece as nossas estruturas sociais, é basicamente, entender que todas nós, pessoas, precisamos da lógica do cuidado para permanecermos exercendo a nossa vida social em sua amplitude.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Afirmamos que as maneiras do provimento e da viabilização do cuidado são transformadas de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e da reprodução social. Logo, na divisão social e sexual do trabalho, no modo de produção capitalista, ficou a carga das mulheres a atribuição e a responsabilidade de realizar e executar o trabalho do cuidado. (PASSOS, 2020, p. 118)

A lógica do cuidado no capitalismo, é do patriarcado racista, e no contexto social brasileiro, traz raízes escravagistas que delegam à mulher negra ser a ama de leite da sociedade como um todo: exercendo cargos de baixíssima remuneração e péssimas condições de trabalho, além das poucas possibilidades de ascensão profissional, dada a carga excessiva de diversas jornadas de trabalho, todas envolvendo o cuidado com os outros. A sociedade capitalista coloca em sua força impulsiva e macrossocial que a mulher negra se auto negligencie. A perspectiva da não manutenção, ou até mesmo da falta de conhecimento a respeito do autocuidado em função do “ser útil” é computado à mulher negra enquanto projeto político de uma sociedade misógina, racista e classista.

No caso das mulheres negras, a intersecção entre gênero, raça e classe vai levá-las a permanecer na execução do trabalho doméstico e de cuidados, não só como uma relação de extensão da esfera reprodutiva, mas estabelecida e demarcada pela colonialidade. Na divisão social, sexual e racial do trabalho, são as negras (pretas e pardas) que ocupam os trabalhos mais subalternos e com menor remuneração, permanecendo na base da pirâmide social, conforme dados já publicados pelo Ipea (2018) (PASSOS 2020, p. 118).

No que diz respeito à criação e fomentação das políticas públicas de saúde mental no neoliberalismo, o que tem ficado para as pessoas negras, especialmente as mulheres, são as sobras vencidas e mofadas de uma política de saúde mental ao qual mal consegue se estruturar e é constantemente atacada pelos interesses da iniciativa privada e dos seus braços financiados dentro da política, do estado de direito, etc. A política de saúde como um todo, sofre diversos ataques cíclicos contra a sua qualidade de exercício de maneira pública, e a saúde mental é a que se encontra no elo mais frágil, por ser a mais negligenciada, já que vivemos em um conceito de saúde medicalizante, ao qual não prevê a lógica do cuidado preventivo e coletivo, nem qualidade de vida.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença, dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades humanas. Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça (FANON, 1968, p. 29)

Durante os últimos anos com a ascensão de governos ultraconservadores e alinhados com o neoliberalismo, a política de saúde mental vem sofrendo diversos ataques. O sucateamento dos dispositivos de saúde mental, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) e a Rede Atenção Psicossocial (RAPs), e o fortalecimento das comunidades terapêuticas apresentam um grande retrocesso para a população usuária dos serviços e para toda sociedade, já que reforçam a lógica manicomial e medicalizante do cuidado.

Em dezembro de 2017, a Comissão Intergestora Tripartite (CIT) do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovou, sem qualquer possibilidade de debate e questionamento, mudanças que são contrárias às recomendações das Conferências Nacionais de Saúde Mental e de Saúde e das diretrizes da Reforma Psiquiátrica apontadas na Lei 10.216/2001 e demais portarias. A nova proposta para a política de saúde mental visa aumentar os recursos financeiros para os manicômios; ampliar a verba para as internações nas comunidades terapêuticas para usuários que fazem uso prejudicial de álcool e/ou outras drogas e retoma a participação ampliada dos ambulatórios na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). (PASSOS; MOREIRA, 2018, p. 188)

Ainda nesse sentido, segundo Passos (2021), o silenciamento e aniquilação de determinadas existências compõem as estratégias de um projeto de sociedade que está assentado na distribuição desigual dos poderes e que desumanizou a população negra. O lugar do cuidado como pré-requisito de hierarquia de gênero e raça, nos impõe, enquanto mulheres negras, uma subalternidade social de negligência de atenção à saúde sob o entendimento da qualidade de vida, de tempo de ócio, de alimentação, da manutenção da autoestima, do tempo de luto pelos nossos filhos e/ou quaisquer familiar assassinados brutalmente pelo extermínio.

Admitir que nossas bases ideológicas carregam as cicatrizes profundas da escravização de corpos negros, nos faz refletir e, talvez, movimentar a prática do cuidado psicossocial como uma ferramenta de enfrentamento à uma lógica que prevê

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



a raça e o gênero como critério de loucura. Este dispositivo do lugar do “louco” é utilizado como ferramenta de controle de corpos e tutela violenta de pessoas que se enquadrem no chamado lugar do “outro”, ou ainda, como demonstra Fanon (2008), colocando-nos na zona do “não ser”. Assim, tudo o que sempre esteve relacionado ao negro (cultura, tradições, idiomas, estética etc.) foi considerado inferior e menosprezado, ou seja, “o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal” (FANON, 1968, p. 30). Assim, as mulheres negras são mentalmente violadas para serem socialmente secundarizadas, inferiorizadas em sua essência humana.

[...] temos a pretensão de problematizar de que forma a lógica manicomial compõe as instituições da violência e legitima essas ações contra os corpos, comportamentos e subjetividades de mulheres negras. Basaglia (2005) compreendia o manicômio como uma das instituições da violência, que vão desde a família e a escola, das prisões aos manicômios. Entretanto, no plano da violência e do encarceramento, há uma divisão das finalidades das instituições, sendo algumas para a cura/ doença/tratamento e outras para a culpa/punição/correção (PASSOS, 2020, p. 124)

A lógica manicomial das relações sociais, baseia-se na concepção de que indivíduos que não se encaixem num padrão de gênero e raça socialmente impostos, são desajustados, portanto, enquadrados no lugar de loucos. Essa lógica é retroalimentada no capitalismo através das instituições e dos seus vieses ideológicos comumente atribuídos à uma manicomialização social. A lacuna de políticas públicas de saúde mental específicas para mulheres negras abre brechas para que suas demandas sociais sejam subentendidas como menos importantes, ou simplesmente, invisíveis.

Em relação ao extermínio da população negra, em especial das mulheres, podemos destacar que há uma naturalização da violência institucional sobre os corpos negros que compõe o modelo manicomial. Como o racismo é base estruturante da criminologia brasileira (GÓES, 2016), é o corpo negro que representa o perigo e, por isso, é exterminável. Portanto, o negro carrega sobre si a marca do crime ou da loucura. A “guerra às drogas” promove não só o encarceramento em massa (BORGES, 2018), como também o extermínio daqueles que são moradores das favelas (PASSOS, 2020, p. 125).

O extenso ataque à classe trabalhadora através das políticas de assistência, previdência, etc. reverberam também na saúde mental, visto que as condições concretas materiais vão determinar o acesso dessa população aos bens e serviços.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Experenciando as piores condições de vida e trabalho torna-se extremamente difícil para as mulheres negras um local na sociedade que não seja forjado no sofrimento psíquico. Dessarte, a luta por uma política de saúde mental antimanicomial precisa coadunar com a luta antirracista e antissexista compreendendo que os manicômios fazem parte das instituições de aprisionamento das populações historicamente marginalizadas.

[...] sinalizamos que a atualização do manicômio – seja ele no âmbito assistencial ou na forma de pensar – está em curso e caminha lado a lado com o conservadorismo que impulsiona as transformações contemporâneas do capital, em especial, no cenário brasileiro. Nesse sentido, é fundamental que a Luta Antimanicomial aprofunde a sua relação com a Luta Antirracista para que possamos combater e denunciar as ações em curso que estão assentadas no racismo, no patriarcado e no colonialismo. (PASSOS; MOREIRA, 2018, p. 188)

Nesse sentido, é extremamente importante que os nossos métodos político-metodológicos devem se prostrar a problematizar a função social e estratégica da falta de políticas de saúde mental, que podem ser consideradas como uma lógica manicomial que faz a manutenção ideológica das desigualdades de gênero, raça e classe numa sociedade que segue ainda sendo essencialmente e ideologicamente escravagista.

Que possamos ampliar a nossa lente e identificarmos que os hospitais psiquiátricos no Brasil são um grande reflexo dos navios negreiros, lugar esse em que muitas mulheres negras morreram no anonimato, sem dignidade e impedidas de manifestarem sua existência. Lembremos que os manicômios ultrapassam os muros e se atualizam a todo instante em nosso cotidiano” (PASSOS, 2020, p. 125).

4 CONCLUSÃO

Conforme discutido neste artigo, o racismo e o sexismo determinam as experiências de vida e trabalho das mulheres negras na sociedade brasileira. Sendo alvo de múltiplas formas de opressão e exploração, as mulheres negras estão alocadas na base da pirâmide social, condicionadas ao cuidado do outro em todas as esferas da vida. Assim, podemos afirmar que a condição de vida e trabalho das

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

mulheres negras reflete na saúde mental destas, já que os marcadores de raça, gênero e classe as posicionam estruturalmente numa condição sub-humana, de violências sistemáticas e cotidianas.

Apesar de estarmos encarando um novo cenário político, frente a um processo de redemocratização, ainda não tivemos avanços significativos no que diz respeito à reforma psiquiátrica e ao fortalecimento da política de saúde mental com viés antimanicomial. O que vemos ainda é um encorajamento às comunidades terapêuticas no tratamento de álcool e outras drogas, e a lógica de aprisionamento dos corpos marginalizados. É urgente que a luta por uma sociedade sem manicômios avance ao lado da luta antirracista, antissexista, e contra toda forma de exploração e opressão do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Selo Sueli Carneiro, editora Jandaíra, 2019.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [et al.] **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª Ed. - Brasília: Ipea, 2011, 39p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 16 de jun. de 2023

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Mater T. (Org.). **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 1980.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

LEAL, Maria do Carmo et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cadernos de Saúde pública**, v. 33, n. 13, p. 1-17, 2017.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Revista Princípios nº 34. 1994, pág. 28-38. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/moura/1994/10/racismo.htm>> Acesso em: 22 de maio de 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia. “O lixo vai falar, e numa boa!”. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 301-309, maio/ago. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/Nj4qFky59rpZ8vx9wRmqRZR/>>. Acesso em 19 de jun de 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, 2020 - n. 45, v. 18, p. 116-129. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/47219/31983>> Acesso em 19 de jun de 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia; MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Luta antimanicomial e racismo em tempos ultraconservadores. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 178-192, jul./dez. 2018

SERRA, Carlos Henrique Aguiar; SOUZA, Luís Antônio Francisco de; CIRILLO, Fernanda Russo. **Guerra às drogas no Brasil contemporâneo**: proibicionismo, punitivismo e militarização da segurança pública. Artigo. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 15 n. 2 Julho, 2020.

WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. **Uso de Drogas e Sistema Penal**: Entre o proibicionismo e a redução de danos. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2010.

PROMOÇÃO



APOIO

